

Políticas e ações afirmativas: sujeitos, lugares e memória em comunidade quilombola

RESUMO

O projeto teve como objetivo geral analisar as políticas e ações afirmativas junto aos sujeitos quilombolas em Sibaúma, Tibau do Sul, na microrregião Litoral Sul do Rio Grande do Norte. Com pesquisa de caráter etnográfica, visando atingir os objetivos propostos, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica; observação participante, com produção de notas de campo; análise de fonte documental; e uso de recursos fotográficos. Com a pesquisa pretendeu-se promover a valorização histórico-cultural da população quilombola, por meio da preservação da memória e do registro de informações e levantamento de dados, indispensáveis à produção do conhecimento em políticas e ações afirmativas. Ainda sobre a realização do projeto, buscamos contribuir com a análise e a compreensão das ações afirmativas e a produção de uma memória junto aos povos tradicionais que originariamente vivem na comunidade de Sibaúma.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de ação afirmativa; patrimônio histórico-cultural; memória dos povos tradicionais; comunidade quilombola.

ABSTRACT

The project aims to analyze affirmative policies and actions among the quilombola people in Sibaúma, Tibau do Sul, in the South Coast microregion of Rio Grande do Norte. To achieve the proposed objectives, some ethnographic procedures were used, the bibliographic review; participant observation, field notes, documentary analysis and the use of photographic resources. With the research, it's intended to promote the historical-cultural valorization of the quilombola people, through preserving their memory, information recording and data collection, indispensable for the production of knowledge in affirmative policies and actions. Still about the project's realization, it was possible to contribute with the analysis and the understanding of affirmative actions and the memory with the traditional people located in Sibaúma, Tibau do Sul, in the south coastal microregion of Rio Grande do Norte with focus on the governmental initiatives.

KEYWORDS: Affirmative action policies; historical-cultural heritage; memory of traditional peoples; quilombola community.

III ENEPCP

ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS

Democracia no século XXI e os desafios para a Gestão Pública

Natal/RN, 27 a 30 de agosto de 2019

ST 3 - Análise de políticas públicas

**Políticas e ações afirmativas: sujeitos, lugares e memória em
comunidade quilombola**

César Augusto Dias (IFRN)
Dalvanira Domingos Faustino de Souza (IFRN)
Flavio Rodrigo Freire Ferreira (IFRN Campus Canguaretama)
Márcio Adriano de Azevedo (IFRN)
Sofia Katarine de Freitas Valdivino (IFRN)

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa se insere na investigação sobre as chamadas populações tradicionais, particularmente aquelas a que se refere o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, conhecidas, desde então, como comunidades remanescentes de quilombos (ARRUTI, 2006), além de ser objeto de interesse acadêmico-científico, frente à atuação do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do IFRN – PPGEPI/IFRN; Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas NEABI – IFRN.

A pesquisa justifica-se como aspecto de continuidade à luz de pesquisas realizadas anteriormente, visto que, em 2015, foi desenvolvida a pesquisa do Observatório da Diversidade dos Povos Indígenas - OBSERVindígena, com enfoque na memória histórico-cultural das comunidades indígenas Eleotéreos do Catu, em Canguaretama, e Sagi/Trabanda, em Baía Formosa, no âmbito do edital nº 05/2015, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ações Afirmativas (PIBIC-AF-CNPq), resultando na produção de Dicionário Básico, constituindo-se como importante acervo para a preservação da memória histórica, cultural, entre outros aspectos que colaboram para consolidar o trabalho do IFRN na região, em particular o Observatório da Diversidade, localizado no Campus Canguaretama.

Portanto a partir desse estudo, foi possível analisar as políticas e ações afirmativas junto aos sujeitos quilombolas em Sibaúma, Tibau do Sul, na microrregião Litoral Sul do Rio Grande do Norte, com enfoque na memória e nas iniciativas governamentais. Tendo em vista, preservar a memória político-histórica dos sujeitos e do lugar pesquisado; levantar e registrar dados que promovam o respeito, a valorização e a preservação da diversidade e da memória dos sujeitos quilombolas em Sibaúma, Tibau do Sul/RN; contribuir com as ações que vem sendo desenvolvidas pelo NEABI e o Observatório da Diversidade do Campus Canguaretama do IFRN, bem como aquelas decorrentes do Programa de Extensão da UFRN “Tronco, ramos e raízes! - Patrimônio étnico do Seridó – RN” (PROEXT- Sesu).

REFERENCIAL TEÓRICO

Através da sua atuação em diferentes regiões do Rio Grande do Norte, a expansão do Instituto Federal no Rio Grande do Norte a partir dos anos 2000, alcançou e se instalou, em 2013, no município de Canguaretama, na microrregião Litoral Sul do Rio Grande do Norte, cujo entorno de atuação possui 10 municípios. A partir daquele ano, e tendo conhecimento de que a

microrregião seria um importante *locus* de atuação profissional, particularmente no que diz respeito aos interesses investigativos, pois a transferência para aquele Campus possibilitou a atuação por meio do Núcleo de Pesquisas em Educação (NUPED).

Tendo como perspectiva a educação profissional com enfoque na inclusão e na diversidade, o Campus Canguaretama do IFRN vem investindo esforços em ações de ensino, de pesquisa e de extensão que fomentam a inclusão social e o respeito à diversidade, como o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir as pessoas até então marginalizadas, nomeadamente os quilombolas, como aqueles situados em Sibaúma, município de Tibau do Sul, e jurisdição de atuação do IFRN.

As ações voltadas ao contexto da diversidade se respaldam em regulamentações como aquelas decorrentes da legislação, como a Constituição Federal de 1988, das Políticas de Inclusão (Dec. N° 5.296/2004) e da legislação relativa às questões étnico-raciais (Leis 10.639/03 e 11.645/08; e a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004,) a partir da inserção dos núcleos, como o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI).

Desse modo, o Campus Canguaretama do IFRN vem trabalhando com ações específicas, como a implementação da Licenciatura em Educação do Campo (AZEVEDO, ANDRADE; CAVALCANTI, 2015), Pós-Graduação lato sensu em Educação de Jovens e Adultos no contexto da diversidade (Lato Sensu), o curso de Formação continuada para educadores indígenas, por meio do projeto Saberes Indígenas na Escola (SECADI/MEC), a implementação do Observatório da Diversidade, que vem agregando alguns projetos de pesquisa e de extensão (LELIS; LIMA, 2015; AZEVEDO, 2015), além do apoio logístico ao artesanato quilombola e indígena.

O Observatório da Diversidade do Campus Canguaretama do IFRN tem como objetivo agregar, fomentar e divulgar experiências relacionadas à educação e à diversidade, sob os diferentes aspectos, além de apoiar, incentivar e assessorar grupos de investigações, projetos de pesquisa e extensão, cursos de formação inicial e continuada no que diz respeito às políticas, gestão, currículos, práticas pedagógicas e tecnologias educacionais. Nesse sentido, se constitui como âncora para diferentes projetos.

Sobre a memória, esta constitui-se em um fator imprescindível para que se mantenha viva a história de fatos e de sujeitos que, em determinados momentos históricos, delinearam a vida, a trajetória e/ou o desenvolvimento social, político, econômico de pessoas, de grupos, de lugares. Citando Edward Said, Oriá (1998, p.128), enfatiza que:

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.

Nesse particular, percebe-se que, por trás de determinados lugares e estruturas escondem-se, muitas vezes, patrimônios e histórias que, por mais que estejam alicerçados na tradição e no próprio patrimônio arquitetônico, histórico-político, cultural, entre outros, acabam fadados à invisibilidade, como explicita o Oriá (1998), e salienta Montenegro (1994) e Azevedo (2017).

Assim sendo, a educação exerce um papel social de reconstituir determinados traços da história, dos lugares e dos sujeitos, que estão alojados nas raízes culturais e patrimoniais da humanidade, contribuindo para o desenvolvimento de ações afirmativas. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível desenvolver “[...] o senso de preservação da memória social coletiva, como condição indispensável à construção de uma nova cidadania e identidade [...]” (ORÍÁ, 1998, p. 130).

Logo, esse referencial buscará discorrer com enfoque nos sujeitos quilombolas, situados na Comunidade Sibaúma, no município de Tibau do Sul. O lugar já é conhecido por constituir-se, no Rio Grande do Norte, como expoente e roteiro turístico internacional, podendo citar a Praia de Pipa. É exatamente no entorno daquele lugar, que podemos encontrar o remanescente quilombola de Sibaúma. O que dizer da sua identidade, do lugar onde moram, das formas e das condições de subsistência? O que, como e o que se faz para preservar a sua memória, o patrimônio e para afirmá-los como sujeitos de direitos?

Alguns referenciais, como Barbosa (2012), Cavignac (2003), Cavignac e Macêdo (2014), Ferreira e Boneti (2001), Ferreira (2010; 2011), Fabiani (2012), Florentino (2004), Gennari (2011), Gohn (2008), Lifschitz (2011), Maia (2012), Sonza, Salton e Strapazon (2016), Schwarcz (2014) e Uehara (2008) constituem-se como relevante arcabouço teórico-conceitual e metodológico, para o desenvolvimento da pesquisa, a partir do conhecimento produzido à luz da análise e da compreensão de realidades mais gerais, particulares e específicas.

METODOLOGIA

A pesquisa científica é um processo que articula o lógico com o real, a teoria com a realidade. Por isso, configura-se como estudo que gera “[...] um conhecimento científico e, conseqüentemente, uma tese destinada a relatá-la, deve superar, necessariamente, o simples levantamento de fatos e coleção de dados, buscando articulá-los no nível de uma interpretação teórica” (SEVERINO, 2004, p. 149). Desse modo, para realizá-la, além de requerer maturidade

intelectual do pesquisador e deve associar-se a uma visão crítica de mundo, que se processa em âmbito acadêmico, de modo que se “[...] manifesta no próprio processo de investigação do real” (LEITE, 1994, p. 11).

Conforme explicitam Ludke e André (1996) e Minayo et al (2005), o desenvolvimento de pesquisas por meio de abordagens qualitativas ainda é recente, e vem se difundindo nos últimos vinte anos. Pesquisas com essa abordagem podem superar os procedimentos dos estudos avaliativos de caráter predominantemente positivistas, visto que os programas governamentais tendem a desenvolver suas metas durante o processo de execução, o que, segundo os autores citados, dificulta conhecer seus benefícios utilizando-se de meios fixos e inalteráveis.

A pesquisa perseguiu os fundamentos da etnometodologia, entendida com uma corrente da sociologia norte-americana, a qual emergiu na segunda metade do século XX, a qual situa-se entre as concepções que consideram a importância da ação social e dos aspectos subjetivos, os quais constituem como fundamentais na compreensão da organização social, redirecionando as concepções teóricas dos fenômenos sociais, analisando as ações cotidianas dos membros de uma comunidade, buscando compreender e identificar como estas ações se tornam visíveis, racionais e reportáveis (AZEVEDO, 2015).

Para atingir os objetivos propostos, alguns procedimentos de cunho etnográfico foram adotados, baseando em estudos como Agier (2015), Caria (2014), Wolcott (2008), Erickson (1988), Mattos (2008a; 2008b) e Powdermaker (1966). Logo, adotamos a revisão bibliográfica; a observação participante (ZAGO; CARVALHO; VILELA, 2003), a análise documental, o uso de recursos fotográficos, midiáticos e cartográficos, o uso de notas de campo. A revisão bibliográfica busca levantar trabalhos sobre o objeto de investigação, a fim de serem incorporados ao referencial teórico-metodológico, a fim de [...] afinar suas perspectivas teóricas, processar e objetivar seu aparelho conceitual. Aproveita para tornar ainda mais conscientes e articuladas suas intenções [...] (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 112).

Conforme tem sido ressaltado, além da revisão bibliográfica, o desenvolvimento da pesquisa se apropriou de outros recursos, visto que em sua maioria, todas as “[...] fontes não existem ainda sob a forma de textos escritos, mas devem tornar-se os textos que você inserirá na tese à guisa de documentos: dados estatísticos, transcrições de entrevistas [...]” (ECO, 2005, p. 95).

Ademais, buscamos também o apoio de grupos de pesquisa de outros centros acadêmico-científicos brasileiros, como o Campus Canguaretama do IFRN, além da UFRN, das produções e da experiência do Programa de Extensão da UFRN “Tronco, ramos e raízes! - Patrimônio étnico do Seridó – RN” (PROEXT- Sesu). A exemplo do que foi perseguido, metodologicamente, a saber, em Azevedo (2014; 2015), a análise documental desempenhou uma função privilegiada no processo de desenvolvimento da pesquisa, pois as políticas, os programas e os projetos voltados

às questões e educação étnico-raciais, afrodescendentes, entre outros agentes e sujeitos que compõem a diversidade sociocultural e educativa, observam orientações estabelecidas por meio de leis, normas, decretos, portarias, entre outros documentos, inclusive já mencionados. Logo, podemos definir que documentos são “[...] quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano. [...] busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Também foi adotado as notas de campo. Bogdan e Biklen (1994) ressaltam que as notas de campo devem se organizar em áreas definidas como: 1) retratos de sujeitos; 2) reconstruções do diálogo; 3) descrição do espaço físico; 4) relatos de acontecimentos particulares; 5) descrição de atividades; e 6) o comportamento do observador. Esclarecem, ainda, que estas têm dimensões de naturezas descritivas e reflexivas. “Alguns investigadores excedem-se no lado reflexivo e escrevem as suas autobiografias. É importante lembrar que as reflexões são um meio para a realização de um estudo melhor, e não um fim em si próprias” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 165).

A fotografia também foi utilizada como procedimento de pesquisa, possibilitando o registro e a análise das dimensões elencadas, além de constituir-se como importante mecanismo de registro, análise e fonte, para atingirmos os objetivos da pesquisa. Desse modo, “[...] As fotografias que podem ser utilizadas em investigação educacional qualitativa podem ser separadas em duas categorias: as que foram feitas por outras pessoas e aquelas que o investigador produziu” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 184). Como procedimento, quase desde o seu advento, a fotografia foi utilizada em conjunção com a investigação em ciências sociais. Um dos primeiros fotógrafos que fez documentários fotográficos de cariz social foi Jonh Thompson [...] embora as ciências sociais e a fotografia estejam ligadas desde há longo, só recentemente as fotografias capturaram a atenção de um número significativo de investigadores [...] (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 165).

Conforme esse entendimento teórico-metodológico, as fotos devem ser produzidas pelos pesquisadores. Antes de produzirmos as fotografias, entregaremos uma declaração de uso ético-científico das fotografias, solicitando que seja assinado um termo de consentimento esclarecido para a publicação das fotografias no relatório de pesquisa e nos eventos, a exemplo de pesquisas anteriores (AZEVEDO, 2010; 2014; 2016).

O FARDÃO DA ESCRAVIDÃO: PERDA DE VALORES E IDENTIDADE CULTURAL

A história do Brasil foi marcada principalmente pela exploração da mão de obra indígena e africana que perdurou até o final do século XIX. Onde seus esforços foram principalmente concentrados nas minas no centro do Brasil e no Nordeste nos engenhos de açúcar (RIBEIRO, 2006, p. 103; COSTA, 2017, p. 41). Diferente dos índios, os africanos cativos desconheciam o território o que dificultava sua resistência ao domínio europeu (COSTA, 2017, p. 39). Para Darcy Ribeiro (2006) no livro “O povo brasileiro” é difícil compreender como se deu esse processo histórico de colonização e unificação desses povos, já que predomina a versão de apenas um dos protagonistas, o invasor, representado pela figura dos colonizadores. Pois na história é ele quem relata suas façanhas de maneira eufêmica, conta o que houve com os indígenas e aos africanos cativos, dificilmente lhe dando a palavra.

Tendo em vista o contexto de perda de valores e repreensão da identidade cultural dos chamados povos tradicionais, tanto a figura indígena quanto a figura do negro ganham destaque na literatura nacional, que resgata o protagonismo do índio e do negro para a construção sociocultural brasileira, principalmente no final do século XVII. Autores como Gonçalves Dias e José de Alencar retratam em suas obras a figura do índio como herói nacional e aponta o índio como também responsável pela construção social do povo brasileiro, evidenciado principalmente na obra de José de Alencar “Iracema”, de 1865, que retrata a relação amorosa entre uma índia e um europeu e desse relacionamento nasce o primeiro brasileiro. Ainda para o antropólogo Darcy Ribeiro:

No plano étnico-cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma nova etnia, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos de África, e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com tijolos dessas matrizes a medida que elas iam sendo desfeitas (RIBEIRO, 2006, p. 27).

Ou seja, diante da tentativa de imposição de uma “cultura dominante” em detrimento da repreensão identitária nasce uma nova etnia e unificada pelos os aspectos culturais dos povos que foram protagonistas para formação sociocultural brasileira. Mesmo diante disso, a figura do negro em especial, não escapa do tratamento marginalizador que acompanha a etnia no processo da construção social brasileira e no contexto literário ora o negro é visto com uma visão distanciada, reflexo social da época, onde a condição negra é tida como objeto de forma que os personagens

ou são negros ou descendentes, e em todo o enredo é apresentado aspectos ligados a vivências dos escravos e evidenciando uma imagem estereotipada (PROENÇA FILHO, 2004, p. 161). Ainda para o escritor Proença Filho (2004), é presente a imagem do escravo nobre (que vence pela força do seu branqueamento), o negro como vítima e o negro ou mestiço erotizado. Mesmo assim, ora é visto como um sujeito com uma atitude compromissada, onde o negro ou descendente se encontra na posição de autor. Como exemplos de autores negros se tem Luiz Gama (1830-1882) um líder da causa abolicionista e Castro Alves (1847-1871), conhecido como poeta dos escravos e em suas obras retratava o sofrimento dos escravos, clamor a liberdade e valorização da causa abolicionista (PROENÇA FILHO, 2004, p. 163 -175).

No final do século XVII houveram várias tentativas para acabar com a escravidão o que resultou nas leis Eusébio de Queiroz, em 1850, que proibia o tráfico de escravos no Brasil, Lei do ventre livre, em 1871, que foi uma tentativa fracassada, pois as crianças nascidas de escravas continuavam vivendo com suas mães e quando completavam a idade não tinham para onde ir, a Lei dos Sexagenários que também não foi muito eficaz, pois acredita-se que a expectativa de vida dos escravos era baixa devido às condições degradantes a qual eram submetidos (COSTA, 2017, p. 91). A abolição da escravatura foi então finalizada pela Lei Imperial n.º 3.353, de 1888, conhecida como Lei Áurea. A qual foi assinada pela princesa Isabel, regente do Brasil na época, e longe de um ato piedoso essa decisão ocorreu como um desdobramento do movimento abolicionista e da resistência negra na conquista pela liberdade, vale salientar que o Brasil foi o último país da América Latina a abolir formalmente a escravidão (PEREIRA, 2015, p. 102).

Após essa conquista, a Lei Áurea completou 130 anos de sua promulgação em 2018, entretanto os estereótipos denunciados pela literatura refletem o preconceito étnico ao longo da formação sociocultural brasileira e a ausência de políticas públicas contribuíram para a exclusão social da população negra que hoje fazem parte das chamadas minorias, sociologicamente falando (Rossini, 2010, p. 29). Logo, os estereótipos socialmente construídos, fortalecidos pela mídia e falta do reconhecimento do protagonismo africano para a construção social brasileira são consequências da repreensão de sua identidade, que corroborou para a manutenção do racismo e garantiu que atualmente a etnia enfrente dificuldades em ocupar lugares de “destaque” na sociedade (CAVIGNAC, 2016, p. 90). Visto que, em média, os brancos têm maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são a maioria dentre os brasileiros que frequentam o ensino superior segundo a Revista “Retratos” do IBGE publicada em 2018.

A promulgação da constituição de 1988 foi um passo fundamental em direção à justiça, direitos e inclusão social para as minorias (CUNHA, 2017, p.8). Na qual foi reconhecida a diversidade cultural dos povos tradicionais e o Estado se propôs a oferecer condições necessárias para a preservação histórico-cultural dos povos indígenas e afro-brasileiros (Lima, 2010). Em

especial aos povos remanescentes quilombolas, que no Art. 68 da constituição lhe são assegurados a propriedade definitiva de suas terras sendo o dever do Estado garantir sua posse. Além disso, a partir dos anos 2000, vem à tona uma legislação encorajadora com o Decreto 4.887/2003 para a titulação de terras quilombolas. Mais também na educação, que tornar o ensino de história da África e cultura afro-brasileira obrigatório na educação básica através da Lei n. 10.639/2003, que mais tarde, em 2011, se torna Lei n. 11.645 para incluir os povos indígenas. Outra medida importante do governo para a promoção de uma educação mais acessível, foi a implementação da Lei de cotas (Lei n. 12.711/12) que reserva cinquenta por cento das vagas em instituições públicas para negros, pardos e indígenas. Nas quais, antes eram ocupadas quase que exclusivamente pela elite branca (BELLO; OLIVEN, 2017, p. 342).

Em virtude disso, mais que uma dívida histórica com os povos tradicionais que fizeram parte da construção sociocultural brasileira é o dever do Estado assegurar inclusão para manutenção do seu patrimônio étnico-cultural através de políticas públicas voltadas a esse propósito (CAVIGNAC, 2016, p. 92). Nessa perspectiva, as instituições públicas têm um papel fundamental, não apenas na inclusão dessas minorias, mais também, na formulação de políticas públicas, já que inserem novos debates na agenda pública (TRONCO, 2018, p. 37). Logo, é dentro desse contexto que instituições como a UFRN através do “Programa Tronco, Ramos e Raízes” e o IFRN Campus Natal Central através dos NUPED’s, em especial o IFRN Campus Canguaretama, atuam desenvolvendo pesquisas a fim de compreender a realidade dessas comunidades tradicionais do Rio Grande do Norte. Com vistas na preservação do patrimônio histórico-cultural e memória; contando a história na perspectiva dos sujeitos que fizeram e fazem parte dessa história para o ressignificado do estigma social da escravidão.

RESSIGNIFICAÇÃO CULTURAL: VALORIZAÇÃO, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

Tibau do Sul é um município situado na microrregião sul do Rio grande do Norte a aproximadamente 76 km da capital potiguar e até o século XVII, segundo o escritor Hélio Galvão (1968), boa parte do seu território foi ocupado pelos índios potiguares, a qual deram a origem ao nome “Tibau” que vem do Tupi e significa "entre duas águas”, pois seu território está situado entre a Lagoa Guaraíras e o Oceano Atlântico; o “do Sul” veio para diferenciar do Tibau na região norte do estado.

O Tibau do Sul que se conhece hoje foi construído depois da quebra de um canal, que havia sido construído a pedido dos senhores de engenho de Arês e Goianinha para drenagem das águas de seus canaviais que ficavam inundados pelo represamento da Lagoa Guaraíras. Por conta do rompimento do canal, a Lagoa Guaraíras ficou salinizada e boa parte da sua fauna e flora mudou

dando lugar aos manguezais que fazem parte do modo subsistência de muitas famílias, sendo até hoje a pesca e carcinicultura as principais atividades econômicas na região, perdendo apenas para o turismo. Tibau do Sul é o lar de belíssimas praias, como a Praia de Pipa, um grande expoente turístico internacional para o Rio Grande do Norte e a praia de Sibaúma. Onde se encontra a comunidade remanescente quilombola, universo de investigação da pesquisa em desenvolvimento. Como presente na fotografia a seguir:

Fotografia 1 – Comunidade quilombola.



Fonte: Autores (2018).

A praia de Sibaúma, como mostra a “Fotografia 1”, ficou muito tempo isolada assim como as demais comunidades quilombolas no Rio Grande do Norte que se mantiveram longe dos núcleos urbanos, conseguindo preservar alguns dos seus traços culturais (SILVA, 2011, p.21). Devido a isso, como afirma Cavnac (2003) muito da história referente as identidades dessas comunidades não se encontram em relatos oficiais ou nos livros de história, mas sua história manteve-se viva na memória de seus donos. Logo, no caso de Sibaúma, na memória de seus herdeiros: os Cosmes, Leandros e os Caetanos.

Através de relatos de seus moradores mais antigos, publicados na “Revista Realidade”, em 1969, a comunidade teve sua origem a partir do naufrágio de um navio negreiro e os sobreviventes nadaram até a praia onde hoje é Sibaúma. Após já fixados em Sibaúma, os ancestrais enfrentaram

tentativas de expulsão de sua terra, mesmo assim, mantiveram-se firmes e hoje seus herdeiros consideram-se donos. Pois, têm a Terra de Sibaúma como herança e seu patrimônio-cultural como legado (CAVIGNAC; LINS; MAUX, 2006, p. 03). A “Fotografia 2”, apresenta o grupo Herdeiro de Zumbi que são ligados a Associação de Remanescentes Quilombolas da Praia de Sibaúma:

Fotografia 2 – Grupo Herdeiros de Zumbi.



Fonte: Autores (2018).

A comunidade foi então reconhecida como remanescente quilombola, em 2005, pela Fundação Palmares e embora identifiquem-se como donos do local, para alguns a identidade quilombola ainda é considerada como sinônimo de marginalização (CAVIGNAC; LINS; MAUX, 2006). Apesar disso, muitos esforçam-se em preservar as suas heranças culturais e orgulham-se da sua identidade como remanescente quilombola. Como exemplo disso, se tem O Grupo Herdeiros de Zumbi (como mostra a fotografia 2) ligados a Associação de Remanescentes Quilombolas da Praia de Sibaúma (LINS, 2009, p.11). Esse grupo vem resistindo em defesa da cultura na região, mantendo o legado de seus ancestrais através da preservação das danças como a Capoeira e o Coco de Zambê. Isso porque, a preservação dessas danças significa para os sujeitos não apenas um legado a ser preservado, mas também, como um modo de ressignificar o estigma social da

escravidão e desconstruir preconceitos que perduraram ao longo da história dessa comunidade. Diante disso é importante destacar que para os sujeitos o seu patrimônio não se resume ao seu legado e suas danças, mas também, a terra a qual se consolidaram seus ancestrais. Essa estima pela terra faz com que mesmo aqueles que não compactuam da identidade quilombola sintam-se parte da comunidade, pois afinal sua ancestralidade e a terra os mantêm unidos. Como mostra a “fotografia 3”, celebração ao dia da consciência negra:

Fotografia 3 – Noite dos tambores.



Fonte: Autores (2018).

Logo, devido ao reconhecimento de Sibaúma, em 2005, como terra remanescente quilombola, é comemorado todos os anos o dia da consciência negra e, em 2018, contou com o apoio do IFRN Campus Canguaretama, como já mencionado, vem desenvolvendo projetos voltados aos estudos dos povos tradicionais da região. O evento, mostrado na “Fotografia 3”, contou com a participação dos grupos tradicionais de Zambê, capoeira e demais danças típicas praticadas no Rio Grande do Norte, que se reúne para celebração de sua ancestralidade.

RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS E FUTURO DA COMUNIDADE

A legislação favorável voltada a igualdade étnico-racial, políticas de ações afirmativas e a expansão dos institutos federais no Rio Grande do Norte, em especial para o município de Canguaretama, proporcionou para a região litoral sul novas oportunidades, principalmente para

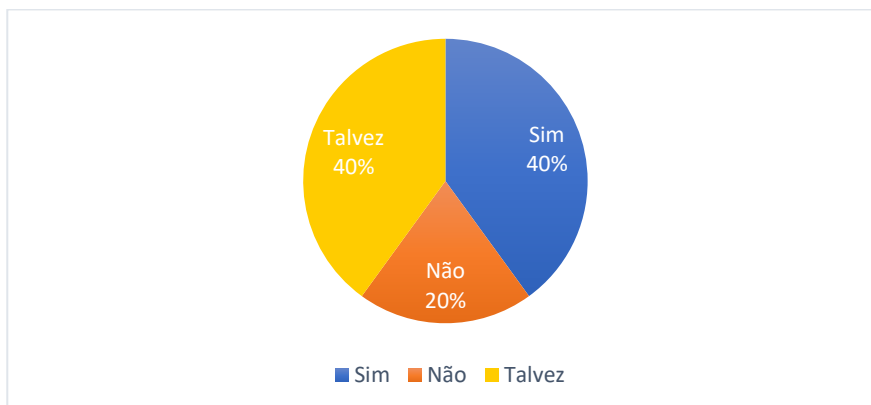
os herdeiros de Sibaúma, trazendo uma nova perspectiva de mudança através da educação e resgate histórico da sua ancestralidade que passou a ser mais valorizada pelos mais jovens.

Diante disso, é importante trazer a visão dos próprios sujeitos sobre o acesso as políticas de ações afirmativas e os programas para o ingresso em instituições de ensino básico e superior. Para isso, foi elaborado um questionário, no qual foi possível entender os principais problemas enfrentados por estudantes universitários nativos da comunidade que frequenta o IFRN Canguaretama e/ou estudam em Natal através de programas como o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) criado pela lei nº 10.260/2001.

Dos estudantes que colaboraram com a pesquisa, todos estudaram na escola Municipal Padre Armando de Paiva e do ponto de vista deles consideram o ensino na escola regular e os problemas dela estão relacionados a infraestrutura, para uma das entrevistadas: “Os professores são excelentes, muito dedicados a ensinar. Estudei desde criança na escola e eles se aplicam. Todos os profissionais sempre foram dedicados e me incentivaram muito a nunca abandonar os estudos.”

Apesar da dedicação dos professores, os estudantes consideram que não tiveram uma boa “base” para competir por uma oportunidade numa instituição pública de ensino superior, principalmente, com quem vem de uma escola mais bem preparada e acreditam que as cotas fazem toda diferença para a universalização da educação pública. Além disso, para eles não basta o desafio de ingressar numa instituição, enfrentam dificuldades para permanência nos estudos. Essas dificuldades estão relacionadas principalmente ao deslocamento e a parte financeira para os que conseguiram financiar os seus estudos em uma instituição privada. Logo, ao serem questionados sobre a permanência na comunidade após a conclusão do curso, como mostra o “Gráfico 1”:

Gráfico 1 - Gostaria de continuar na comunidade após o termino do curso



Fonte: autor (2019).

Como mostra o gráfico 20% querem sair da comunidade, 40% querem permanecer e acreditam que podem aproveitar dos conhecimentos adquiridos na sua formação dentro da comunidade e os demais 40% estão incertos quanto a oportunidades de emprego relacionadas a sua formação acadêmica. Portanto a partir do que foi apresentado, existe a necessidade não apenas de ampliar as oportunidades para os jovens quilombolas, mas facilitar sua permanência nos estudos. Além disso, existe o desafio da geração de emprego para aqueles que precisem exercer a sua profissão e querem continuar na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a pesquisa foi desenvolvida afim de colaborar com outras pesquisas já citadas como, a realizadas pela UFRN através do “Programa Tronco, Ramos e Raízes” e o IFRN Campus Natal Central através dos NUPED’s, e em especial o IFRN Campus Canguaretama através do Observatório da diversidade. Além disso, por ter um caráter etnográfico permite um olhar sob a perspectiva dos próprios sujeitos, onde em conjunto com os fundamentos da etnometodologia, a revisão bibliográfica, notas de campo e fotografia; servirão como instrumentos para consolidação de informações sobre a comunidade de Sibaúma, que a exemplo de outras comunidades mantiveram-se esquecidas ao longo da história. Ademais, vale salientar a importância desse estudo para a formulação de políticas de ação afirmativas, já que a pesquisa tem como objetivo analisar as políticas públicas voltada a atender essas populações tradicionais, com enfoque na memória e iniciativas governamentais.

Além disso, a partir dos dados apresentados pode-se responder alguns dos objetivos específicos propostos, como também, perguntas levantadas anteriormente: a) o que dizer da sua identidade, do lugar onde moram, das formas e das condições de subsistência? b) como e o que é feito para preservar a sua memória, o patrimônio e para afirmá-los como sujeitos de direitos? Sendo assim, a partir desses questionamentos podemos compreender sobre a identidade dos sujeitos, pois os dados indicam a necessidade de preservação e manutenção do seu patrimônio cultural, haja vista, que alguns dos sujeitos se veem marginalizados diante da identidade quilombola. Ademais, esses dados também indicam a necessidade de preservação cultural das danças típicas da comunidade, já que elas são para os sujeitos um meio de ressignificar o estigma social da escravidão.

Logo, ao decorrer da execução da pesquisa a foi possível compreender dentro da visão dos próprios sujeitos como as políticas de ação afirmativa estão contribuindo para o desenvolvimento da comunidade. Dentro desse propósito, seria interessante pesquisas que investigassem mais

especificamente o trabalho dos governos municipais para execução de políticas públicas voltadas a comunidades tradicionais afim de possibilitar o entendimento para avaliação das políticas já implementadas. Além disso, outro tema importante para estudo seria o da economia criativa para estimular a geração de renda e independência financeira na comunidade.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação. Tradução Bruno César Cavacanti, Maria Stela Torres . Lameiras, Yann Hamonic. São Paulo: Unesp. Maceió: Edufal, 2015.
- ARRUTI, José Mauricio Paiva Adion. Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.
- AZEVEDO, Márcio Adriano de. (Coord.). Observando e preservando a cultura dos povos indígenas: a criação do OBSERVindígena como inovação no campo da diversidade cultural - IFRN/Campus Canguaretama – projeto de pesquisa - edital nº 05/2015, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ações Afirmativas (PIBIC-AF-CNPq). Canguaretama: IFRN, 2015. 11 p.
- AZEVEDO, Márcio Adriano de. A gestão e o ensino na escola rural jardim seridoense: memórias em município norte-rio-grandense. IN: NUNES, Albino Oliveira; SOUZA, Francisco das Chagas Silva; PONTES, Verônica Maria de Araújo. Ensino na educação básica. Natal: IFRN, 2017. p. 522-543.
- AZEVEDO, Márcio Adriano de; ANDRADE, Clarissa Souza de; CAVALCANTI, Ivickson Ricardo de Miranda. Políticas e formação docente: a Licenciatura em Educação do Campo e as primeiras sementes no IFRN – Campus Canguaretama. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO NO CAMPO, 3, 2015, São Carlos. Anais... São Carlos: UFSCAR, Out. 2015. 15 p.
- AZEVEDO, Márcio Adriano de; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento; MAIA, Sônia Cristina Ferreira; QUEIROZ, Maria Aparecida de. Indicadores para a qualidade social em educação de jovens e adultos no contexto da diversidade: horizontes e adversidade. Hologos, Natal, ano 30, vol. 6, p. 175-189, dez. 2014.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. (org.). O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores. São Paulo: Outras expressões, 2012.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: 1994.
- BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 20 dez. 2011.
- BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com A Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Documento Base. Brasília: MEC/SETEC, 2007.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Edição administrativa do texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/1994 e pelas Emendas Constitucionais n. 1/1992 a 39/2002. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

CARIA, Telmo H. O uso do método etnográfico no estudo do trabalho e do conhecimento profissionais. IN: TORRES, Leonor Lima; PALHARES, José Augusto. (Orgs.). Metodologia de investigação em Ciências Sociais da Educação. Famicão: Húmus, 2014.

CAVIGNAC, Julie Antoinette. DESAFIOS IDENTITÁRIOS E EXPERIÊNCIAS PATRIMONIAIS: O PROGRAMA TRONCO, RAMOS E RAÍZES. **Extensão e Sociedade**: Revista da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, v. 1, n. 1, p.89-100, 22 jun. 2018. Semestral. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/extensoesociedade/issue/view/Edi%C3%A7%C3%A3o%20especial%207C%2060%20anos%20da%20UFRN/pdfFINAL>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

CAVIGNAC, Julie. A etnicidade encoberta: ‘Índios’ e ‘Negros’ no Rio Grande do Norte. *Mneme*, v. 5, n. 8, maio/jun. de 2003.

CAVIGNAC, Julie; MACÊDO, Muirakytan K. de. (Orgs.). Tronco, ramos e raízes! História e patrimônio cultural no Seridó Negro. Brasília: ABA; Natal: Flor do Sal; Natal: EDFURN, 2014.

CAVIGNAC, Julie Antoinette; LINS, Cyro Holando de Almeida; MAUX, Augusto. De 'herdeiros' a 'quilombolas': identidades em conflito (Sibaúma - RN). In: ANPOCS, 30., 2006, Caxambu, Mg. Anais... . Caxambu: Bib, 2006. p. 1 - 22.

COSTA, Marcos. **A história do Brasil para quem tem pressa**: dos bastidores do descobrimento à crise de 2015 em 200 páginas. 2. ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2017.

CUNHA, Ana Maria da. A PROTEÇÃO ÀS MINORIAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE COTAS APLICADA À POPULAÇÃO NEGRA. **Revista Eletrônica Jurídico-institucional**, Natal/rn, v. 11, n. 7, p.1-13, jan. 2017. Disponível em:

<http://www.mprn.mp.br/revistaeletronicamprn/abrir_artigo.asp?cod=1073>. Acesso em: 05 out. 2018.

ERICKSON, F. Descrição Etnográfica (Ethnographic Description Sociolinguistics). In: HERAUSGEGEBEN, U. A.; MATTEIR, N. D. K. J. (Eds.) International Handbook of the Science of Language and Society, vol. 02, Berlin/ New York Walter de Gruyter, p. 1081-1095, 1988.

FÉLIX, Izabela Serafim; AZEVEDO, Márcio Adriano de; LOPES, Bruna Rafaela de Lima. Observando e preservando a cultura dos povos indígenas: a criação do OBSERVindígena como inovação no campo da diversidade cultural. In: SEMANA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EXTENSÃO DO IFRN, 1., 2015, Santa Cruz. **Anais...** . Santa Cruz: Congic, 2015. p. 1 - 11.

- FERREIRA, Flávio Rodrigo Freire. Botar um roçado depois ir pro forró?: festa e trabalho na Serra da Gameleira (RN). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 3, p. 28-41, 2011.
- FERREIRA, Flávio Rodrigo Freire. Uma serra de forrós: sociabilidade e festas em Gameleiras/RN. *Campos (UFPR)*, v. 11, p. 85-104, 2010.
- FERREIRA, Liliana Soares; BONETI, Lindomar Wessler. (Orgs.). *Educação & cidadania*. 2. ed. Juí: Unijuí, 2001.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: UNESP, 2004.
- Galvão, Hélio. **Derradeiras cartas da praia & outras notas sobre Tibau do Sul**. Natal: Fundação José Augusto, 1989.
- GENNARI, Emilio. *Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.
- LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: EDUEFMG, 1999.
- LEITE, Siomara Borba. Considerações em torno do significado do conhecimento. In: MOREIRA, A. F. B. (Org.). *Conhecimento educacional e formação do professor*. Campinas: Papirus, 1994.
- LELIS, Creusa Ribeiro da Silva e LIMA, Francisco do Nascimento. Sustentabilidade e identidade indígena: um roteiro pela trilha do Catu. CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. 1, 2014, Campina Grande-PB. Anais II Congresso Nacional de Educação: políticas, teorias e práticas - CONEDU - (2015) - Campina Grande-PB: Centro de Convenções Raymundo Asfora - Garden Hotel.
- LIFSCHITZ, Javier Alejandro. *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- LINS, Cyro H. de Almeida. **“O zambê é nossa cultura”**: o coco de zambê e a emergência étnica em Sibaúma, Tibau do Sul-RN. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2009.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MAIA, Joseane. *Herança quilombola maranhense: história e estórias*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- MATTOS, C. L. G de. A abordagem etnográfica na investigação científica. Espaço Informativo Técnico do INES/MEC, Rio de Janeiro, v.sem. n.16, p. 1-20, 2001.
- MATTOS, C. L. G. de. (coord.) *Imagens Etnográficas da Inclusão Escolar: o fracasso escolar na perspectiva do aluno*. Projeto de Pesquisa, Rio de Janeiro, Departamento de Educação, UERJ, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; SOUZA, Edinilsa

Ramos de. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 71-103.

MIRANDA, Sheila Ferreira. **Políticas de identidade no contexto da discussão racial: a academia negra no Brasil.** 2017. 11 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei-mg, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e171201.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2018.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral e memória. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEN, Arabela Campos; BELLO, Luciane. **NEGROS E INDÍGENAS OCUPAM O TEMPLO BRANCO: AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRGS.** 2017. 36 f. Tese (Doutorado) - Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v23n49/0104-7183-ha-23-49-00339.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.

ORIÁ, R. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, C. (Org.). O saber histórico na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 128-148.

PEREIRA, F. B. **Pós abolição: liberdade e cidadania.** Cachoeira-BA, Laboratório de História. Centro de Cultura, Artes e Humanidades. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2015.

POWDERMAKER, H. Stranger and friend: the way of an anthropologist. New York: W. W. Norton & Company, 1966.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 18, n. 50, p.161-193, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142004000100017>.

REVISTA REALIDADE. São Paulo: abril, 1969. Anual.

RIBEIRO, Darcy. **O POVO BRASILEIRO: A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 1º reimpressão.

ROSSINI, A. (2010). Discussão conceitual de minoria. *Revista Hórus*. v. 4, n. 2. Out-Dez, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Terezinha Martins da. **A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE NEGRA DE SIBAÚMA: a trajetória educacional da Escola Municipal Armando de Paiva.** 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História da Educação, Práticas Socioeducativas e Uso da Linguagem, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2011.

SONZA, Andréa Polletto; SALTON, Bruna Poletto; STRAPAZZON, Jair Adriano. (Orgs.) **Ações afirmativas: a trajetória do IFRS como instituição inclusiva.** Rio de Janeiro; Clacso, 2016.

TRONCO, Giordano B.. Guia de políticas Públicas: Para estudantes e gestores. Porto Alegre: Jarcata Produções, 2018.

UEHARA, Helena M. Personalidades afro-brasileiras e indígenas. Ilust. Vera Andrade. São Paulo: ideia escrita, 2008.

WOLCOTT, H. Ethnography: A way of seeing. Lanham, MD: Altamira Press, 2008.

ZAGO, N; CARVALHO, M. e VILELA, R. (Orgs) Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 183-206.